

Brasil deverá passar por ajuste 'doloroso'

Cristiano Romero
De Washington

A economia brasileira terá de passar por um ajuste "doloroso" para restaurar a confiança dos mercados. Esse ajuste exigirá um consenso social e político, passando necessariamente pela redução a médio prazo do peso da dívida pública sobre a economia e pelo aprofundamento das chamadas reformas estruturais.

A avaliação foi feita ontem pelo economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kenneth Rogoff, durante a apresentação do documento "World Economic Outlook" (Perspectivas da Economia Mundial).

No documento, o departamento de pesquisa do Fundo reduziu as expectativas de crescimento do Brasil para este e o próximo ano. Em abril, a estimativa era a de que o PIB brasileiro avançaria 2,5% em 2002. Agora, o FMI acredita que a expansão será de apenas 1,5% — percentual tam-

bém esperado pelo governo. Para 2003, o Fundo está projetando crescimento de 3%, meio ponto percentual abaixo da projeção feita há seis meses.

"Os mercados acreditam que há riscos elevados (no Brasil). A médio prazo, é muito importante para o Brasil reduzir a proporção da dívida sobre o PIB. Uma das maneiras de reduzir esse peso é gerar superávits fiscais e usar o dinheiro extra para amortizar o débito", explica Rogoff. "Essa é uma tarefa dolorosa, especialmente porque as taxas de juros são altas e, precisamente, porque a dívida é muito alta. Tal tarefa requer também um grande consenso social e apoio político."

Segundo Rogoff, o Brasil precisa aprofundar as chamadas reformas estruturais para estimular o crescimento. Esta seria também uma forma de livrar a economia das amarras provocadas pela dívida pública e de reduzir a relação dívida/PIB. Em julho, essa proporção estava em torno de 62%.

O Fundo acredita que, após a eleição, o câmbio vai interromper a trajetória de desvalorização, reduzindo, portanto, seu impacto sobre a dívida indexada ao dólar. Por isso, o FMI aposta que a dívida cairá para 60% do PIB no fim do ano. Acredita também que o déficit na conta corrente externa do país cairá este ano para 3,8% do PIB e para 3,6% em 2003 — no ano passado, chegou a 4,6% do PIB. Rogoff sugeriu também que o país aumente o grau de abertura da economia.

O Brasil mereceu destaque nessa última versão do "World Economic Outlook". Num capítulo intitulado "Brasil: A Busca pela Restauração da Confiança do Mercado", os técnicos do FMI esmiúçam a trajetória da economia do país nos últimos oito anos. Eles elogiam o fato de o Plano Real ter derrubado a inflação, mas afirmam que o programa fracassou no lado fiscal.

O documento mostra que, entre 1996 e 1998, o governo gerou

déficit médio de 0,4% do PIB no conceito primário (que exclui os gastos com juros da dívida) e que, entre 1994 e 1997, a dívida interna líquida pulou de 21% para 30% do PIB e, depois, para 50% no fim do ano 2000, ultrapassando a barreira dos 60% neste ano, "a despeito do elevado aumento dos superávits primários" entre 1999 e 2002.

Essa expansão da dívida, segundo o Fundo, se deu por causa do reconhecimento dos chamados "esqueletos" (dívidas que não eram reconhecidas) e das altas taxas de juros usadas, até 1998, para defender uma determinada taxa de câmbio. "O Plano Real foi menos bem-sucedido no enfrentamento dos proble-

mas fiscais estruturais", observa o estudo.

A avaliação do FMI é a de que o atual nervosismo do mercado passará após a eleição, mas seus técnicos advertem que a confiança dos investidores só será restaurada se o futuro presidente der garantias de que manterá o núcleo central da atual política econômica.

"Enquanto a reação inicial do mercado ao pacote (do FMI para o Brasil) foi positiva, o real e os 'spreads' soberanos perderam seus ganhos nos dias seguintes (ao anúncio do pacote), refletindo parcialmente a reação diferenciada dos principais candidatos da oposição ao programa anunciado", diz o documento.